



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA**

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Recurso nº. : 13.299
Matéria : IRPF – Exs: 1990 a 1992
Recorrente : RONALDO MARCOS GENTIL
Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG
Sessão de : 18 de agosto de 1998
Acórdão nº. : 104-16.512

IRPF – PRESUNÇÕES - Cabível exigência tributária ao amparo de presunção legalmente autorizada, nos limites dessa autorização e quando presentes os pressupostos do autorizativo legal.

IRPF - AUMENTO PATRIMONIAL - CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIA - Admissível o arbitramento de custos de construção residencial com base na tabela SINDUSCON aplicável às características do imóvel, por melhor aproximar a realidade, quando comprovadamente houver subavaliação no custo declarado.

IRPF - AUMENTO PATRIMONIAL - Na apuração de eventual aumento patrimonial mensal devem ser levadas em conta todas as disponibilidades do contribuinte até a data do evento, inclusive aquelas advindas de períodos anteriores e apuradas pelo próprio fisco.

TRD - Inexigível a TRD, como encargo moratório, anteriormente a 01.08.19.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **RONALDO MARCOS GENTIL**,

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **DAR** provimento **PARCIAL** ao recurso, para excluir do aumento patrimonial de 03/89, o montante de NCz\$ 534,91 e do crédito tributário o encargo da TRD relativo ao período anterior a agosto de 1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

**LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

ROBERTO WILLIAM GONÇALVES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 11 DEZ 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA e REMIS ALMEIDA ESTOL.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'ROBERTO WILLIAM GONÇALVES'.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512
Recurso nº. : 13.299
Recorrente : RONALDO MARCOS GENTIL

RELATÓRIO

Inconformado com a decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte, MG, que considerou parcialmente procedente a exação de fls. 01, o contribuinte em epígrafe, nos autos identificado, recorre a este Colegiado.

Trata-se de lançamento de ofício do imposto de renda de pessoa física, atinentes aos exercícios de 1990 a 1992, anos calendários de 1989 a 1991, fundado em aumentos patrimoniais a descoberto, apurados pelo autuante, nos meses de 03/89 a 02/92, inclusive.

A autuação teve por base a aquisição de terreno em 03/89, por valores incompatíveis com a renda mensal líquida apurada, fls. 113 e 120, e arbitramento dos custos de construção imobiliária residencial, mediante utilização da tabela SINDUSCON, na falta de comprovação dos custos efetivamente suportados pelo contribuinte, "vis a vis" com os rendimentos líquidos mensais do contribuinte apurados pelo próprio fisco, no período e 08/89 a 02/92, conforme fls. 58/59, 113/114.

O arbitramento dos custos de construção, pelo número de meses de duração da obra, atingiu o período de 08/89, data de início a 07/92, término da construção. Suas notas explicativas e respectivo demonstrativo se encontram às fls. 116/119. E, o aumento patrimonial mensalmente apurado, abrangeu o período de 08/89 a 02/92, face a empréstimo da CEF, para término de construção, liberado a partir de 03/92, fls. 120/150.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

Na impugnação do feito o contribuinte se insurge apenas quanto à construção imobiliária. Alega que foi iniciada com recursos próprios, sem complementada com empréstimos efetuados junto ao Banco do Brasil S.A. e Banco do Estado de Minas Gerais, empréstimos de terceiros e financiamento da CEF, conforme documentos de fls .155/169.

Por iniciativa da repartição lançadora, diversas diligências foram procedidas, para averiguações das alegações do sujeito passivo, conforme intimações de fls. 177, e resultados respectivos, de fls. 177/184; 186/188; 190/198; 200/202; 227/232; 236/238 e 243/248, conforme explicitadas no decisório recorrido.

A autoridade monocrática, face às infrutíferas diligências e o pouco esforço do próprio contribuinte em comprovar documentalmente suas alegações, rejeita os documentos de fls 156/172, m por se tratarem de empréstimo junto à CEF.

Este fora considerado quando do lançamento de ofício, em nada nele interferindo, pois, as parcelas do mútuo foram liberadas a partir de 03/92. Por isso mesmo, foram abandonados os valores do arbitramento do custo de construção correspondentes aos meses de março/92 a julho/92, conforme documentos de fls .119.

Considera, entretanto, como recursos do mês de fevereiro/921 os débitos em conta corrente do Banco do Brasil, fls. 238, a partir de extrato fornecido pelo próprio contribuinte, fls .184, em confronto com a manifestação do Banco do Brasil S/A de fls .236/237.

Mantém, parcialmente a exigência, com fundamento em Acórdãos deste Conselho de Contribuintes e Acórdão CSRF nº 01-733 e 01-734, a respeito de arbitramento de custos de construção com base em tabelas SINDUSCON, reduzindo a base de cálculo do



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

aumento patrimonial a descoberto do mês de fevereiro/92 e, dos encargos moratórios, a TRD, anteriormente a 29.07.91, conforme IN SRF nº 32/97.

Na peça recursal sustenta o sujeito passivo, em síntese, que havendo provado documentalmente os dispêndios que teve para executar a obra, não pode o fisco presumir que o custo fosse outro. Cabe a este, outrossim, demonstrar, inequivocamente, que tenha havido omissão de receitas ou aumento patrimonial a descoberto.

É o Relatório. A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Henrique Góes', is written over the text 'É o Relatório.'.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

V O T O

Conselheiro ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, Relator

Tomo conhecimento do recurso, dado atender à tempestividade.

Em preliminar, s.m.j., evidencia-se o caráter meramente protelatório do cumprimento da obrigação tributária. Porquanto, ao contrário das alegações do recorrente:

- os documentos de fls. 19/20 e 86/108, os primeiros, Declarações para Regularização de Obra, junto ao INSS, do próprio sujeito passivo, e os demais projeto arquitetônico, Alvará de Edificação e Habite-se, provam a execução da obra entre agosto/89 e julho/92, conforme ,aliás, consta do Demonstrativo de Apuração do Custo de Construção de Imóveis, de fls. 117;
- em suas declarações de rendimentos dos exercícios de 1990 a 1992, períodos base de 1989 a 1991,em nenhum momento é citada a construção imobiliária, então em curso, fls. 34v, 41, 47;
- a construção situava-se no lote de terreno urbano, foreiro nº 07 c/ área de 605,00 ms², situada no rua 10, em Ituiutaba, MG, adquirido em 27.03.89, por Ncz\$900,00, fls. 34v, cujo valor foi repetido na Declaração de Bens de 1990, fls. 41, e convertida a UFIR, pelo valor de mercado, em dezembro de 1991, 5.024,62 UFIR, fls. 47;
- aludida construção, somente é declarada no exercício de 1993, período base de 1992, como imóvel edificado com financiamento da CEF.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

- averbação feita em 21.08.92, sendo declarados gastos, no ano de 1992 3.160 UFIR (8.185,59 UFIR – 5.024,62 UFIR, fls. 23;
- o contrato com a CEF, datado de 27.02.92, destinava-se a financiamento para término de construção, fls. 66/78, sendo a primeira parcela liberada apenas em 27.03.92, fls. 81;
 - o contribuinte foi intimado apresentar cópias dos contratos de financiamento da CEF, e Alvará de Licença e Habite-se, fls. 51. Limitou-se à informação da matrícula do imóvel, sob o argumento de que a CEF não fornece cópias dos contratos aos mutuários (SIC!) e que a S.R.F. oficiasse ao órgão;
 - a própria CEF e a P.M.I/MG apresentam a documentação antes mencionada, fls. 64/108, onde se comprova que a construção do imóvel não foi financiada, na íntegra, pela CEF. Sim, apenas se término Ao contrário do que declarara o sujeito passivo em 1993, fls. 23;
 - ante tal fato, o contribuinte alega que a construção foi iniciada com recursos próprios, empréstimos pessoais junto ao BB e BEMGE, e numerários de terceiros, até o financiamento da CEF, fls. 154;
 - intimado a apresentar os contratos de empréstimos, omitiu-se, sendo por isso multado, fls. 177/181; e apresenta apenas os documentos de fls. 183/184. O primeiro declaração de pessoa jurídica de que, no início de novembro/92, através de recursos próprios, liquidou débito de fornecimento de materiais, CR\$50.000.000,00, dado que o financiamento da CEF não foi suficiente para a conclusão das obras; o segundo ,valores pagos ao BB em 1992.
 - intimado a apresentar a documentação que ficara pendente, fls. 186, omite-se;
 - o Banco do Brasil, após alegar sigilo bancário, finalmente apresenta extratos relativos aos meses de janeiro/92 a setembro/92;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

- analisados os extratos, aproveitaram-se os débitos em conta, excluídos juros e correção monetária, relativamente ao mês de fevereiro/92, como recursos, fls. 265.

Dessa longa exposição evidencia-se que:

- por três exercícios, 1990 a 1992, o contribuinte omitiu a construção imobiliária;
- mesmo quando a inseriu em sua declaração de rendimentos de 1993, discriminou o imóvel como "financiado junto a CEF", e, "a posteriori", reconheceu o financiamento apenas do término da construção. Não, de sua totalidade, como insinuado em sua declaração de rendimentos;
- sempre que intimado, apresentou, no máximo, documentos parciais que sustentassem suas alegações, impondo-se a iniciativa da própria administração tributária para obte-los, no louvável ensejo de ressalvar a verdade material, como nos casos do Banco do Brasil e da CEF.
- nada foi comprovado de suas próprias alegações, de requerer empréstimos no BEMGE e utilizar numerário de terceiros, fls. 154, visto que "onus probandi incumbit ei qui dicit".

Segue-se que:

- a construção imobiliária residencial, de 360,24 ms2, dimensões de um casebre, diga-se de passagem, iniciada em 08.89 e concluída em 07/92, não foi presumida. Sim, documentada;
- seus custos efetivos, em nenhum instante foram provados. Ao contrário, mesmo em relação ao próprio ano de 1992, declaração de Rendimentos de 1993, foram ostensivamente subavaliados, 3.160 UFIRs, face à documentação acostada aos autos. Citem-se a exemplo os documentos de fls. 182 e 202/223 e 249/252.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

Ora, a falta de comprovação de custos efetivos de construção imobiliária residencial, ou sua evidente subavaliação, que omite injustificado aumento patrimonial, autoriza o fisco a arbitrá-los, proporcionalmente ao período de construção, por índices fornecidos por órgãos regionais, por melhor se aproximarem estes da realidade, à falta de outros elementos. Em particular, decorrentes de omissões do próprio interessado!

Esse procedimento é de pacífica jurisprudência administrativa. Ao contrário das alegações do recorrente, não é escoimado da lei: funda-se no artigo 79 do Decreto-lei nº 5.844/43, em plena vigência, (RIR/80, artigo 678).

Portanto, não se trata de simples presunção, ao desamparo de fundamentos legais e materiais, inadmissível na área tributária. Sim, de autorizativo legal, no limite desse autorizativo, presentes seus pressupostos: fatos concretos e amparado o arbitramento em índices que mais aproximam à realidade. Porquanto, em se tratando de construção civil residencial, que índice deveria ser utilizado para o arbitramento de custos incomprovados/omitidos, se não o de organismo do próprio setor, no caso o SINDUSCON?

"Last but not least", impõe-se reconhecer que, no levantamento levado a efeito pela fiscalização, não foram consideradas as disponibilidades do sujeito passivo atinentes aos meses de janeiro e fevereiro/89, as quais cobrem, parcialmente, o incremento patrimonial apurado em 03/89, em Ncz\$ 534,91.

Por último, conforme pacífica jurisprudência deste Conselho de Contribuintes, exarada no Acórdão CSRF nº 01-1773/94, a TRD, como encargo moratório, somente é exigível a partir de 01.08.91.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10675.000006/95-14
Acórdão nº. : 104-16.512

Na esteira dessas considerações, dou provimento parcial ao recurso para excluir do aumento patrimonial de 03/89, NcZ\$534,91 e, dos encargos moratórios, a TRD, anteriormente a 01.08.91.

Sala das Sessões - DF, em 18 de agosto de 1998

ROBERTO WILLIAM GONÇALVES